apubh
ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE BELO HORIZONTE

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE BELO HORIZONTE

O Jornal do Brasil, em sua edição de 26.03.87, veiculou matéria produzida pelo Ministério da Educação, sob o título " MEC não atenderá professor grevista", em que, supoostamente, "demonstra" a maior eficiência das Universidades Estaduais em relação às Federais, e acusa estas últimas de serem mal gerênciadas e praticarem o empreguismos.

Quanto às acusações de mal gerênciamento e empreguismo elas soam ridículas e irônicas.

Ridículas porque é muito difícil que qualquer entidade possa ser mau gerênciada quando mais de 90% de seus recursos estão na rúbrica de pessoal, sendo, inclusive, impossível transferir os saldos, que sempre ocorrem neste ítem do orçamento, para fazer face a despesas de outra natureza. Se as universidades deixam de gastar todo o seu orçamento de outros custeios e capital durante o ano, é porque o MEC tem a prática de liberarcomplementações orçamentárias já no final do ano, com a obrigação de serem empenhadas até 20 de dezembro. Nesses casos,ao contrário do habitual nos organismos ministeriais, as universidades se recusam a gastar por gastar, quando é impossível planejar a despesa.

Por outro lado, o empreguismo, traço característico dos governos militares que não se alterou com o advento da nova república, está, felizmente, banido das universidades federais, pois só podem admitir pessoal via concurso público e estão sujeitas a um rígido controle de piano. Para se ter uma idéia de como é falsa a acusação, basta lembrar que a UFMG face às medidas restriitivas adotadas pelo governo, tem um corpo docente numericamente inferior ao do ano de 1986.

Irônicas porque partem de um Ministério, a quem compete zelar pelo bom funcionamento dos organismos a ele subordinados. Não seria o caso de se perguntar pelas medidas tomadas pelo MEC para coibir o empreguismo nas Universidades Federais e garantir o seu bom gerenciamento? Deve-se entretanto reconhecer a dificuldade de qualquer ministério atuar neste sentido já que o povo brasileiro reconhece a má administração e o empreguismo como característica fundamental dos Ministérios. Não seria também o caso de se perguntar como o MEC gasta os recursos que lhe são destinados, como recruta o seu pessoal de 2º e 3º escalões e como os remunera? Não seria bom que a gestão do MEC fosse tão transparente quanto a das Universidades Federais?

Quanto à acusação de ineficiência das Universidades Federais, quando comparadas às estaduais, ela é maldosa e falsa. Maldosa porque

Rua Carangola, 288 - Sala 4 e 5 - FAFICH - UFMG - Telefone: (031) 223-9504 - Belo Horizonte - Minas Gerais

compara as Universidades Estaduais do Rio de Janeiro e de São Paulo às Universidades Federais de Goiás, Espírito Santo e Rio Grande do Norte; citadas com realidades completamente diferentes. Porque não se comparou, por exemplo, a Universidade Fderal do Ceará com a UNICOR? Por que o artigo citado não se detém, em nenhum momento, na comparação dodesempenho da UFRJ e da UERJ?

Falsa porque, pelo menos em relação à UFMG, os dados tabulados referntes ao número de alunos e a produção científica estão muito aquém dos números reais. O MEC considera que a UFMG tinha 16.647 alunos em 1985, quando o número correto é de 19.943, e isto sem contar os alunos de cursos de Extensão. A produção científica constou, segundo o MEC de 1444 ítens, quando na realidade este número foi de 2960, sem se contar os relatórios de pesquisa, a organização de pequenos aventos e cursos, as consultas e assessorias e alguns outros quesitos considerados no relatório do MEC. Não seria o caso de se preocupar com a eficiência de um ministério que sequer conhece o número correto de alunos de uma universidade federal? E que não tem a menor idéia do volume da produção desta universidade?

Ou será que o artigo não se preocupou, de fato, em ter algum compromisso com a verdade, uma vez que seu objetivo era outro? Não pretendia tão somente contestar a greve dos professores e justificar um endurecimento por parte do MEC? Endurecimento tão difícil de ser justificado quando se sabe que um professor Titular (professor em final de carreira, geralmente com mais de 20 anos de Magistérios Superior, com cursos de Pós-graduação e estágios no exterior/ em regime de Dedicação Exclusiva do ensino e à pesquisa (não podendo, portanto, por lei, ter outro emprego) recebe, após o gatilho de Março, apenas Cz$ 22.000,00 mensais.

Não é também ridicula esta remuneração quando se sabe que, em Minas Gerais, um produtor público, em início de carreira (comarca de 1º entrância), recebe Cz$ 25.000,00 mensais?

Os professores da UFMG não estão, como o MEC, satisfeitos com a produção da Universidade, ainda que ela seja muito mais expressiva do que pensa o ministério. O MEC acredita que ela poderá ser bem mais no futuro.

No entanto, não se conhece outra Instiutição Pública no país que, dispondo de tão poucos recursos, oferecendo a seus funcionários condições de trabalho irrisórios, consiga ser tão produtiva e necessária à sociedade.

A greve dos professores das universidades Federais é , em últi-

ma análise, um grito desesperado em defesa desta Instituição, que não conseguirá sobreviver, por muito mais tempo, em condições de trabalho (e aí se incluem os salários) tão árduas.

O Ensino Público no Brasil, particularmente o do 3º grau, se encontra ameaçado de extinção por uma política deliberada quevem do tempo da ditadura, mas que se acirrou no governo da nova república. Um exemplo disto é o artigo divulgado pelo JB. Talvez nunca a universidade tenha sido tratada com tanto desprezo. Derrotar esta polítuca (e os políticos que a implementam, seja por ação, seja por omissão) é uma tarefa de todos nós.

COMANDO DE GREVE DA UFMG